



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

Arsénia Tivana

O CONTRIBUTO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SINDICAIS
EM MOCAMBIQUE 1975-2004

Maputo, Março 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

O CONTRIBUTO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SINDICAIS
EM MOCAMBIQUE 1975-2004

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção de grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Tutores:

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Março 2025

Epígrafe:

“A mulher deve sentir-se livre, não para combater os homens, mas sim pelas suas capacidades e pela sua personalidade”.
(Indira Gandhi, 1917-1984)

Maputo, Março 2025

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	Erro! Indicador não definido.
Agradecimentos	iii
Abreviaturas/Siglas	iv
Conceitos.....	vi
Cronologia.....	vii
Resumo	ix
CAPÍTULO I.....	1
1. Introdução	1
1.1. Objectivos	2
1.1.1. Geral.....	2
1.1.2. Específicos	2
1.2. Justificativa/Relevância	2
1.3. Problemática	3
1.4. Pergunta de partida	5
1.5. Metodologia	5
1.6. Revisão da literatura	6
CAPÍTULO II.....	10
1. O Movimento Sindical e a Participação Da Mulher (1975-1987).....	10
1.1. O movimento sindical após a independência.....	11
1.2. A OMM e a representação da mulher no movimento sindical	15
1.2.1 A actuação da OMM no movimento sindical	17
CAPÍTULO III.....	18
1. Consequências da liberalização económica no movimento sindical (1987-1992)	18
1.1. Programa de Reabilitação Económica	18

1.1.2. Principais objectivos do PRE:.....	19
1.2. Impactos da Liberalização para o movimento sindical.....	20
1.2.1. O PRE na vida das mulheres trabalhadoras	23
CAPÍTULO IV.....	24
1. O contributo das mulheres para a criação dos comités	24
1.2. Situação da mulher em Moçambique.....	24
1.3. A criação dos comités da mulher trabalhadora	24
2. O Comité da Mulher da Trabalhadora organização e funcionamento	26
2.1. Organização	27
2.1.1. Funcionamento.....	27
Representabilidade feminina nos órgãos de direcção ano 2000	29
O COMUTRA e o projecto da mulher.....	29
COMUTRA e a sua Cooperação com Organizações Nacionais e Internacionais.	30
CAPITULO V: CONCLUSÃO/PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES	32
CAPITULO VI: BIBLIOGRAFIA	35
CAPÍTULO VII: ANEXOS	38
Situação da Mulher no Movimento Sindical	39

Declaração

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, para obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, por essa razão estão indicadas no texto as fontes que foram usadas.

Autora

(Arsénia Tivana)

Dedicatória

Á minha mãe **Joana Joaquim Tivana** e á minha avó **Enora David Zimba**.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradecer a **Deus** por ter-me acompanhado em todos os momentos, por ser meu maior suporte, sem ele nada disso teria sido possível.

Em segundo lugar agradeço a minha mãe **Joana Joaquim Tivana** por todo apoio emocional e incondicional, muito antes de ingressar ao ensino superior o seu apoio foi crucial, sempre acreditou em mim até quando eu não acreditava e dava-me forças para seguir em frente, minha maior fonte de inspiração e agradeço pelo apoio financeiro, obrigada mamã.

Agradeço ao meu pai **David Pedro Dava** por todo o apoio.

Agradeço a minha avó **Enora David Zimba** por ter acreditado em mim, que eu podiam fazer muito mais, varias vezes apoio-me com os trabalhos da faculdade e inclusive com este, obrigada por tudo avó.

E agradecer aos meus tios **Cacilda Enora Zimba, Dulcília Pedro Dava, Norberto Boaventura Dava** e um agradecimento especial vai para minha tia **Arminda Eduardo Mapanga** por todo apoio incondicional e emocional que vem depositando em mim, sempre que preciso se faz presente e agradeço pelo apoio financeiro.

E agradecer também aos meus irmãos **Hamilton Dava, Shelsea Dava e Sofia Dava** pelo apoio e ao meus primos **Vasco Dava, Emelda Zamambo e Eduardo Dimene**.

Os meus agradecimentos vão aos meus amigos **Horácia Simbine, Karina Ussene, Felismina Melembe, Atija Amisse, Amina Langa, Alzira Zeca, Fenias Manhique, Fernando Venâncio, Salvador Matavele e Ezequiel Sigauque**.

E agradecer as pessoas que tive a oportunidade de conhecer na faculdade, ao meu amigo **Domingos José Joaquim** por todo o seu apoio e críticas construtivas desde o meu primeiro ano na faculdade obrigada por toda ajuda. O meu agradecimento especial vai para minha amiga **Florinda Alimo Juma** por estar ao meu lado em todo esse percurso académico obrigada por tudo e as minhas amigas **Alda Agabo, Núria Cuba** e aos meus colegas **Ernesto Mabasso, Vasco Massingue, Elves Macamo**, e a todos os colegas da turma história do ano 2021.

Agradeço ao **Lírio Eurico Guambe** por todo o suporte que deu-me ao longo da realização do presente trabalho.

Os meus agradecimentos vão para todos os docentes do departamento de história, especialmente aos docentes **Paulo Lopes José PhD, José Cláudio Mandlate MA e Marlino Eugénio Mubai PhD**.

Os meus agradecimentos vão também para a **Sr. Idalina Guambe**, por me disponibilizar o seu acervo de documentos que contém ricas informações em relação ao COMUTRA e OTM-CS.

E por fim agradeço a OTM-CS e COMUTRA por me receber, por toda atenção dispensada, o meu agradeço especial vai para a **Sr. Clara Munguambe** e a **Sr. Isabel Matine** por mostrarem-se despostas a ajudar-me para a realização do presente trabalho.

Abreviaturas/Siglas

BM- Banco Mundial

CISL- Cambridge Institute for Sustainability Leadership (Instituto Cambridge para a Liderança em Sustentabilidade).

COMUTRA- comité da mulher trabalhadora

CONMUT- comité nacional da mulher trabalhadora

CP- Conselhos de Produção

CONEFS- Comité Nacional de Educação e Formação Sindical

CNICP – Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção

CONSILMO- Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique

CPUP's - Conselhos de Produção nas Unidades de Produção

CPS's - Conselhos de Produção da Secção

FMI- Fundo monetário internacional

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

Idem- Expressão latina que pode ser usada em substituição ao nome do autor, quando se tratar de citação de diferentes obras de um mesmo autor

OMM- Organização da Mulher Moçambicana

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OTM-CS Organização dos Trabalhadores de Moçambique Central Sindical

PRE- Programa de Reajustamento Estrutural

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana

SINTIAB- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar e Bebidas

SINTIME- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica e Energia

SINTMAP- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas

SINTIQUIAF- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Químicas e Afins

SINTIA- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar

SINVETEC- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados.

SINTAF- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agropecuária.

SINPOCAF-Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Portos e Caminhos-de-ferro

SINAFP-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Função Pública

SNEB-Sindicato Nacional dos Empregados Bancários

SINTAC-Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Aviação Civil e Comunicações

SINTAC-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Caju.

SINECOSSE-Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Seguros e Serviços

SINPEOC-Sindicato Nacional dos Profissionais da Estiva e Ofícios Correlativos

SATUCC- Conselho Coordenador dos Sindicatos da África Austral

SLIM- Sindicatos livres e independentes de Moçambique

SINTICIM- Sindicato nacional da indústria de construção civil e minas de Moçambique

SINTRAT- Sindicato nacional dos transportes rodoviários e assistência técnica

SINTIHOTS- Sindicato nacional dos trabalhadores da hotelaria, turismo e similares

Sindicato Nacional

Conceitos

Género - o conceito de género se refere à construção social do sexo anatómico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, género significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Por exemplo, o fato de as mulheres, em razão da reprodução, serem tidas como mais próximas da natureza, tem sido apropriado por diferentes culturas como símbolo de sua fragilidade ou de sujeição à ordem natural, que as destinaria sempre à maternidade.

Comité é um grupo de pessoas destacadas de um grupo maior (como um partido ou uma associação), geralmente com poderes deliberativos ou executivos, ou seja, com força para tomar decisões em nome dos demais. Diretórios ou Comitês são figuras de organização comuns em entidades de cunho político, como partidos, governos, parlamentos, sindicatos, movimentos sociais, nos quais o poder de decisão é delegado a um grupo que representa os interesses da colectividade, em vez de ser entregue a um único indivíduo.

Privatização é uma prática por meio da qual as instituições governamentais transferem activos, instituições ou empresas públicas à iniciativa privada usando dispositivos como leilões, venda de acções ou outros dispositivos previstos na constituição.

Sindicalismo é um movimento social de associação de trabalhadores assalariados em sindicatos visando à proteção dos seus interesses. Ao mesmo tempo, é também uma doutrina política segundo a qual os trabalhadores agrupados em sindicatos devem ter um papel activo na condução da sociedade

Cronologia

25/06/1975 - É proclamada a independência de Moçambique após a luta armada que durou entre (1964-1974).

13/10/1976 - Criação dos Conselhos de Produção, criados para responder aos problemas causados pela fuga dos colonos.

1983 - De 26 a 30 de Abril realizou-se em Maputo o IV Congresso da FRELIMO que adoptou a anunciada viragem e estabeleceu as novas Directivas Económicas e Sociais. Foram os primeiros passos na direcção de uma economia de mercado.

3/11/1983 - Os Conselhos de produção transformam-se na OTM a quanto da realização do quarto congresso da Frelimo, a nova organização continuou com os ideais da CP e a ser conotado com parte da Frelimo.

1984 - O governo moçambicano adere formalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aliado aos problemas sociais, económicos e políticos muitos deles causados pela guerra dos 16 anos entre a Frelimo e Renamo, entre os períodos de 1976-1990.

01/01/1987 - Governo moçambicano apresentou o conteúdo do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que tencionava influência a abertura do mercado nacional investidores internacionais, sob o lema: “Construamos o futuro com as próprias mãos”, disse o Presidente da República Joaquim Chissano, num discurso dirigido à nação. Foram introduzidos os Programas de Reabilitação Económica (PRE).

01/01/1990 – Registou-se, “uma vaga de greves sem precedentes em Maputo, Beira e Nampula que abrangeu trabalhadores ferro-portuários, trabalhadores têxteis, funcionários públicos, jornalistas e estudantes, que se revoltaram contra o PRE, e portanto contra a FRELIMO”. Foram as «greves da barriga» começadas no fim de 1989 e que se prolongaram até 1992.

1/11/1990 - A Nova Constituição Moçambicana foi aprovada pela Assembleia Popular e entrou em vigor no dia 30 do mesmo mês. A Lei Fundamental consagrava a partir de agora o multipartidarismo, a realização de eleições para o Parlamento e para a presidência da República.

1990- Foi realizado o II Congresso da OTM onde passa a ser uma Central Sindical, após várias mudanças no país e no próprio movimento sindical que muitas vezes foi visto como uma organização, que atendia assuntos relacionados ao Partido FRELIMO.

1992- Desvinculação do Sinticim, do Sintihots e do Sintrat que decidem criar os Sindicatos Livre Independentes de Moçambique (SLIM).

1993- Criação dos Comités da Mulher Trabalhadora.

1994- Criação do Comité Nacional da Mulher Trabalhadora (CONMUT), filiado ao SLIM.

27/10/1994 - Primeiras eleições gerais em Moçambique. Primeiras eleições legislativas e presidências multipartidárias em Moçambique.

1996- Criação do Comité das Mulheres Trabalhadoras (COMUTRA), filiado a OTM-CS, e a primeira conferência construtiva da COMUTRA.

1998- O COMUTRA passa a ser membro da direcção do Comité do SATUC.

1998- II Conferência Nacional do COMUTRA.

1-2/12/2004- Segundas eleições presidenciais em Moçambique, Através das quais Armando Emílio Guebuza, e o seu partido FRELIMO, ganham a presidência da República e largam maioria de assentos no parlamento, tendo obtido 63,74% dos votos e, em 2005 é eleito chefe do Estado.

Resumo

Nas sociedades africanas as relações de género exprimem e reproduzem historicamente uma ordem patriarcal que sexualiza os espaços físicos, sociais e simbólicos, igualmente que as práticas sociais. Com expressões de uma essência masculina (espaço público) e de uma essência feminina (espaço doméstico familiar ou privado).

O colonialismo Português teve um impacto mais directo sobre a posição dos homens, mulheres e relações de género, não tanto devido à sua própria cultura patriarcal (embora esta fosse muito forte), como devido às implicações das suas políticas coloniais. Com o sistema de trabalho forçado masculino (Chibalo), as mulheres dedicavam-se principalmente à agricultura de subsistência, à produção de culturas de rendimento para satisfazerem as crescentes exigências coloniais, em termos de impostos, e à direcção do lar enquanto os homens trabalhavam para os agricultores Portugueses, proprietários de barcos de pesca e, subseqüentemente, para as indústrias nas áreas urbanas, contra pagamento em dinheiro ou espécie.

O governo da FRELIMO e OMM após a independência desenvolveram estratégias ligadas a emancipação da mulher que muitas vezes eram caracterizadas como nacionalistas pois não abrangiam especificamente às questões ligadas ao género. As mulheres sofriam muita discriminação e era sobre elas que a pobreza mais incidia. Onde cerca de 25% dos agregados familiares rurais onde se concentravam cerca de 80% da população do país eram chefiadas por mulheres que geralmente estavam em desvantagens pois a suas tarefas era ligadas a agricultura e ao sector informal. Em termos de recursos para a produção, eram mais vulneráveis aos efeitos económicos adversos.

O reajustamento estrutural atingiu as mulheres com mais dureza porque se assumiu que as mulheres tinham a vontade e a capacidade de aparar os choques de sistema e eram elas que tinham que arranjar soluções para os cortes na saúde e educação, para o desemprego e a subida dos preços de uma cesta básica.

Aquando da criação dos Comit es da Mulher Trabalhadora nos movimentos sindicais   possível perceber as mudanças que os mesmo trouxeram para a vida da mulher trabalhadora, na medida em que passaram as olhar para os problemas específicos das mulheres trabalhadoras que muitas vezes era ignoradas pela sociedade bem como o movimento sindical, as mulheres passaram a ter forma o dos seus direitos e lutavam pela igualdade entre homens e mulheres das quais estavam plasmadas nas legisla es que por elas eram desconhecidas devido as poucas oportunidades de forma o profissional

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Embora as diferenças de género estejam relacionadas a questões biológicas percebidas entre os homens e mulheres, as hierarquias sociais derivadas dessas diferenças, consequentemente as desigualdades sociais construídas a partir dessas hierarquias, são produto da valorização desigual dado ao feminino (inferiorização) e masculino (superioridade), resultando daí a opressão e dominação masculina, justificadas como naturais. Daí que as relações de género sejam concebidas como relações de poder.

Contudo, em Moçambique as mulheres já participavam de movimentos revolucionários desde os movimentos contra o colonialismo Português, mesmo antes da luta armada, camponesas desempenhavam um papel importante de propaganda anticolonialista e grupos femininos das zonas urbanas, estudantes da cidade de Maputo e Xai-Xai que actuavam no (NESAM) Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique. Com a sua participação na Luta de Libertação Nacional os papéis das mulheres começaram a ser questionados no sentido de enquadrá-las em contexto de mais autonomia, no período após a independência os problemas económicos trazidos pela guerra entre FRELIMO e a RENAMO e a consequente liberalização económica, o aumento do custo de vida e diminuição da força laboral que afectou sobretudo, as mulheres trabalhadoras, houve crescimento da consciência das mulheres por conta dos despedimentos compulsivos e selectivos.

O presente trabalho tem por objectivo analisar o contributo das mulheres no movimento sindical em Moçambique, durante o período de 1974 à 2024. A pesquisa numa primeira fase centra-se em buscar elementos históricos que de certa forma justificam a participação tardia das mulheres nos movimentos sindicais em Moçambique, pela forma como as relações de género foram construídas na sociedade Moçambicana. Já numa segunda fase, procura-se demonstrar a vulnerabilidade da mulher no mercado de emprego o que fez com que fosse alvo de despedimentos no âmbito dos Programas de Reajustamento Estrutural, contribuindo para o surgimento

da consciência sindical no seio das mulheres. Aliado ao despedimento, outro factor que contribuiu para a participação da mulher nos movimentos sindicais em Moçambique foi o surgimento de movimentos sociais a nível de África.

Palavras-chaves: Mulheres, Movimento Sindical e Moçambique.

1.1. Objectivos

1.1.1. Geral

- ✓ Compreender de que forma as mulheres contribuíram para movimentos sindicais em Moçambique.

1.1.2. Específicos

- ✓ Contextualizar a história do movimento sindical em Moçambique;
- ✓ Analisar as consequências da liberalização económica para o movimento sindical;
- ✓ Descrever o contributo das mulheres para a criação dos comités.

1.2. Justificativa/Relevância

Através da compreensão do estudo o contributo da mulher nos movimentos sindicais em Moçambique, podemos perceber que as relações socialmente construídas entre homens e mulheres ou vice-versa, e que tomam forma, são sancionados pelas normas e valores defendidos por meio da sociedade em que vivem. O que de certa forma cria e recria uma divisão sexual do trabalho; as relações entre homens e mulheres e entre si mesmos, o que se traduz em cultura, em ideologia e se manifesta em cada sociedade de modo diferente segundo a história de cada uma delas.

É relevante na medida em que traz uma abordagem sobre a emancipação da mulher a nível laboral que não foi processo fácil, uma vez que existiam e ainda existem estereótipos sobre a participação da mulher no mundo laboral principalmente em sociedades africanas. Sendo Moçambique um país africano, o processo de inserção das mulheres nos movimentos sindicais não foi fácil, pois os Comités da Mulher Trabalhadora eram vistos como uma transposição daquilo que foi a actuação da OMM no movimento sindical moçambicano, acreditava-se que as mulheres se envolveriam

em intrigas e fofocas então não estavam aptas para as direcções dos movimentos sindicais.

De igual forma, reputa-se revelante na medida em que o trabalho mostra antecedentes históricos sobre a participação da mulher em espaços públicos concretamente o sector laboral, que de certa forma, levanta muitos questionamentos, como por exemplo, o porquê de cerca de 80% da mão-de-obra feminina estar concentrada maioritariamente no sector agrícola. Revela também que as mulheres, a partir dos movimentos sindicais estiveram envolvidas na revisão da lei da família, de trabalho e entre outras questões.

O presente estudo permite-nos perceber o contexto da criação dos comités da mulher trabalhadora que não foi nada fácil, devido a forma discriminatória em que a mulher era vista, a partir da criação dos comités é possível ver a participação da mulher em esferas públicas.

O tema traz um período de grandes transformações na história de Moçambique. Assim, em **1975** temos a Independência Nacional após estar sobre a égide do colonialismo Português. Este facto, a título exemplificativo, facilita de percepção dos passos subsequentes do novo governo Moçambicano em relação a inserção da mulher em espaços públicos, visto que a maioria encontrava-se no espaço doméstico.

O ano **2004** representa um novo cenário, após mudanças políticas, económicas e sociais e mudanças no próprio movimento sindical é possível fazer um balanço sobre o contributo das mulheres nos movimentos sindicais em Moçambique que passam a ter cooperações a nível nacional, continental e internacional com outras organizações o que ajudou para o desenvolvimento de novas práticas sindicais através da formação que lhe eram oferecidas e havia trocas de experiências.

1.3. Problemática

Olhando para a própria história do movimento sindical moçambicano que foi criado como uma mera transposição do socialismo europeu a partir de 1898, com as influências anarquistas, socialistas e comunistas dessa época que foram trazidas pelos trabalhadores portugueses que iam chegando à Moçambique. Desde a sua origem, estas associações de classe apareceram sintonizadas com ideal colonialista e estavam

longe de defender os interesses de classe dos diferentes grupos de trabalhadores negros.

Após a independência, a saída de empresários estrangeiros foi acompanhada por inúmeras consequências como a destruição das empresas e dos respectivos patrimónios, a inexistência de um corpo empresarial nacional. Nesse âmbito foram criados os Conselhos de Produção que de 1976-1983 realizaram as suas actividades no contexto de uma economia centralizada, e os mesmos tinham como objectivos a construção de uma sociedade socialista e tinha a FRELIMO como força dirigente do Estado e da Sociedade. Por ocasião do IV Congresso da FRELIMO, em 1983 os conselhos de produção transformaram-se na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM). Por sua vez a OTM criou os sindicatos nacionais com base nos sectores de actividade económica. (LOPES, 2007:43 et seq)

A introdução da economia de mercado ligada as obrigações do Programa de Reabilitação Económica (PRE), iniciou uma nova era com outras condições socioeconómicas, criando perturbações e incertezas também para os sindicatos. (ASSIS, 1997:44)

Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90, em momento em que a palavra democratização começa a surgir no processo político do país, foi criada uma estrutura da mulher trabalhadora, talvez pensando em um cartão-de-visita “democrático” na própria organização sindical. O processo de criação dos comités só veio a iniciar em 1993, devido e sobretudo, a dificuldades de financiamento e envolveu todos os sindicatos nacionais da OTM e dos Sindicatos Livres Independentes de Moçambique. (NEGRÃO et al,1998:27)

A nível da OTM foi criado o Comité das Mulheres Trabalhadoras (COMUTRA) na conferência Nacional de Marco de 1996 e a nível do SLIM foi criado em 1994 o Comité Nacional da Mulher Trabalhadora (CONMUT). Os comités tinham como objectivo zelar pelos problemas específicos das mulheres na esfera laboral, servir como um espaço para a concepção de estratégias de luta, de ajuda e de assistência das trabalhadoras entre si e de mobilização da mulher para o movimento sindical. A articulação dos comités dentro da estrutura sindical aos vários níveis foi um processo delicado, na medida em que na busca de um espaço de acção e de

intervenção próprios procuravam evitar um confronto directo com os líderes sindicais, tanto no topo como na base. (Idem,p.28)

Os sindicatos tinham uma longa tradição de liderança masculina e os comités deviam lutar bastante para que fossem considerados como um órgão de direito e de intervenção no movimento sindical. (ARTUR,2004:5)

A problemática do estudo insere-se em trazer elementos da história do movimento sindical moçambicano, que em primeiro momento de 1975-1993 as mulheres encontravam-se pouco relacionadas a assuntos de natureza sindical.

Em um outro momento podemos ver mudanças no momento sindical entre 1996-2004, com a criação de alguns comités Da Mulher Trabalhadora na OTM e os sindicatos que faziam parte da mesma. Trazendo uma nova viragem para a história dos sindicatos moçambicanos, uma vez que temos uma abordagem que não relaciona os comités com a influência do Partido Frelimo o que acontecia com a OMM e a sua participação no movimento sindical, que olhava para questões que muitas das vezes não era de natureza trabalhista, ao passo que os comités em sua intervenção passam a olhar para questões laborais das trabalhadoras e ajudando na adesão delas.

1.4. Pergunta de partida

- ✓ Qual foi o contributo da mulher no movimento sindical em Moçambique?

1.5. Metodologia

1. No presente trabalho faz-se uma pesquisa de carácter exploratório, pois, se procura mostrar maior familiaridade com o tema "*O Contributo Das Mulheres Nos Movimentos Sindicais Em Moçambique 1975-2004*", por forma a encontrar respostas aos desafios e mudanças no tema em questão, que irá requerer o levantamento bibliográfico, onde foi feito o uso de fontes secundárias, de forma a perceber a história do movimento sindical no geral, com vista a entender o percurso da mulher no movimento. O levantamento feito através de livros, artigos e estatutos, com o objectivo de saber as actividades desenvolvidas pela OTM no âmbito da sua criação, os departamentos onde as mulheres pertenciam maioritariamente e a natureza das suas actividades.

2. Explicativo, pois, busca-se estabelecer uma relação entre surgimento de movimentos sociais de mulher em África e explicar determinados fenómenos com as consequências do PRE no movimento sindical em Moçambique o que de certa forma contribuiu para a criação dos comités da mulher trabalhadora.
3. Será de carácter descritivo, pois, olhar-se-á para alguns aspectos mais relevantes como:
 - ✓ Em que sectores as mulheres trabalhavam;
 - ✓ Estatísticas que mostram as diferenças entre trabalhadores do sexo masculino e feminino em termos de oportunidades e direitos;
 - ✓ Estatísticas a nível do próprio movimento sindical sobre a representatividade das mulheres.

1.6. Revisão da literatura

A discussão sobre questões relacionadas ao género suscita interesses nas várias esferas da sociedade, dada a importância de estabelecer equilíbrio e na redução das desigualdades entre as mulheres e os homens na política, economia, cultura, nas profissões e na sociedade, que muitas vezes relacionadas a posição histórica que as mulheres sempre tiveram, onde os homens tinham o comando das decisões mais importantes e as mulheres se encarregavam de actividades domésticas e de procriação.

Baseado nos estudos relacionados ao papel das mulheres nos movimentos sindicais os Comités das Mulheres Trabalhadoras, o autor traz aqueles que foram os momentos que antecedem a criação dos Comités das Mulheres Trabalhadoras em Moçambique que surgem após a liberalização económica que veio a gerar bastante desemprego, principalmente para as mulheres que pela sua posição de inferioridade não era contratada, os Comités das Mulheres eram responsáveis apenas em questões específicas das mulheres e tinham estratégias a fim de resolver as suas prioridades que eram: i) sensibilizar as mulheres trabalhadoras para a necessidade de mobilizarem a defesa dos seus interesses; ii) educar e formar a mulher em matéria sindical e garantir a participação da mulher em negociações colectivas. (ASSIS, 1997:6)

O Comité das mulheres inicialmente era vinculado a Organização da Mulher Moçambique (OMM), sendo uma organização política que acabou não correspondendo aos objectivos dos Comités das Mulheres, pois se concentrava em

interesses que não eram relacionados com assuntos laborais. Em sua abordagem a autora traz a essência das relações das mulheres nos movimentos sindicais, que eram caracterizadas em clima de pouca confiança entre as mulheres e desconfianças, pois no seio dos Comitês havia críticas sobre sua direção, algumas eram acusadas de serem informantes ao serviço dos secretários dos comitês. Havia conflitos e intrigas pelas próprias mulheres ou pelas direções sindicais, que eram despojadas do poder pois diziam que as mesmas traziam pequenas lutas domésticas, para o que era justificado para a invenção das direções sindicais no sentido de conduzir os comitês ao considerado bom caminho. (ARTUR,2004:7)

Muito dos obstáculos são associados ao estilo de vida tradicional através de papéis habitualmente desempenhados pela mulher, que revelou as exigências impostas pela carreira e pela vida familiar. Foi nessa fase onde as mulheres se deparam com percursos profissionais cada vez mais exigentes, que acresceram à intensiva dedicação que mantêm relativamente às obrigações familiares. As mulheres experienciam maiores níveis de conflito entre a sua vida familiar e profissional, uma vez que assumiam com muita frequência as responsabilidades domésticas, o que fez com que a mulher colocasse a carreira profissional em segundo plano ou abdicasse por completo. A falta de mulheres na direção sindical estava relacionada aos menores níveis de motivação para alcançar cargos de visibilidade e de poder. (JAQUETA, 2021:)

No protagonismo das mulheres numa primeira fase do período pós-independência, os movimentos passaram a questionar os paradigmas de desenvolvimento conservadores e conformistas, confrontando-os com o resgate da história das mulheres sem cair nos erros da corrente central da historiografia Africana, que desconsiderava as especificidades das experiências e as diversidades das mulheres dos países africanos. A autora fala inclusive e profundamente da importância do protagonismo e da agência das mulheres na história da África para a construção de sua autonomia económica, que foram demonstrados nos depoimentos da Coordenadora da Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE). (CASIMIRO, 2004:216)

O fracasso do movimento sindical, na sua luta contra as privatizações, deveu-se à articulação de diversas causas, destacando as que se relacionavam com sua escassa autonomia em relação à FRELIMO, o partido-Estado. As organizações de massas,

como a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), A Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) e, mais tarde a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos- Central Sindical (OTM-CS), que por sua vez não possuíam autonomia em relação ao Partido-Estado. Em vez de constituírem espaços de expressão do poder popular, eram correios de transmissão, desempenhando funções importantes no controle social. Face a isso a instabilidade laboral rapidamente se fez sentir, passando as greves a assumir um lugar de destaque por conta dos pagamentos dos salários em atraso, aliado a isso, muitos trabalhadores foram despedidos e empresas fechadas. Por conseguinte começam a ser levados os problemas relacionados as mulheres. (Ribeiro,2015:379)

As alterações produzidas na economia moçambicana e nas relações de trabalho, no processo de transição do socialismo para o neoliberalismo, tendo como exemplo paradigmático a indústria do caju. A estratégia económica adoptada pelo governo moçambicano, seguindo as imposições do Banco Mundial, foram prejudiciais para a economia do caju, com consequências desastrosas para milhares de trabalhadores. O autor fala sobre a criação dos sindicatos em Moçambique não ter surgido como um processo endógeno dos trabalhadores pela necessidade de defesa dos seus direitos contra o patronato, mas, como uma iniciativa do próprio “Partido-Estado-Governo” principal agente económico e detentor formal do monopólio da acção política. Foram criadas Comissões de Trabalho, com funções de resolução de conflitos laborais, em substituição dos tribunais judiciais. (JOSE, 2006:11)

A participação da mulher na Luta de Libertação Nacional foi uma questão imprescindível para a vitória nacional. A libertação da iniciativa criadora e das capacidades da mulher e a força do seu exemplo na transmissão das ideias novas, foram factores decisivos no triunfo sobre a mentalidade retrógrada e contra as ideias tradicionalistas e reaccionárias. Com efeito, esses factores permitiram a mulher da cidade e do campo se engajar nas tarefas das novas fases da revolução, de forma como foram definidos na 2ª Conferência Nacional da OMM, em Novembro de 1976, pois havia a necessidade de se compreender a situação da mulher no passado, na sociedade tradicional feudal e colonial capitalista. A análise ia permitir assumir que a eliminação total da exploração e a edificação da sociedade socialista passaram necessário pela libertação mulher e pela sua integração na tarefa principal da sociedade. (Departamento de informação e propaganda da FRELIMO, 1974:5)

A criação de novas estruturas organizativas dos trabalhadores moçambicanos nas empresas através dos quais poderia participar de uma forma colectiva, organizada e consciente na discussão e resolução dos seus problemas, sobretudo no que dizia respeito à planificação de metas de produção e produtividade a alcançar. Pode se observar que pela natureza em que os CPS foram criados, estavam longe de responder aos interesses dos trabalhadores, pois, obedeciam questões mais partidárias, quem dirá sobre questões relacionadas as mulheres, os documentos trazem a natureza pelos quais os CPS foram criados até a sua transformação em uma Central Sindical em 1983, com vista a tentar perceber como eram constituídos as organizações sindicais onde as mulheres tinham pouca participação. (Departamento de informação e propaganda da Frelimo,1976:4)

Em África as mobilizações pela emancipação feminina tiveram lugar nos movimentos de independência; frente às imposições colonialistas as mulheres buscaram lutar pelas organizações autónomas e os sistemas de autogoverno que controlavam. Essa activa participação resultou na criação de ligas feministas dentro dos movimentos de libertação, cujo objectivo era generalizar as lutas e chamar a atenção para as relações sociais e de poder ali existentes. Sobre uma nova conjuntura o movimento de mulheres passou a ganhar força em vários países africanos. Já nos anos de 1990, é possível observar o crescimento de trabalhos cujos principais temas versavam sobre colonialismo, masculinidades, casamentos e relações de parentesco, associação de mulheres e lutas nacionalistas, reconfiguração dos papéis de género, dentre outros. É, sobretudo no contexto de luta pela independência política, de constituição da identidade nacional e modernização social, que os movimentos pela emancipação feminina emergiram. (REIS SILVA, 2018:978)

A criação dos Fóruns das Mulheres que passaram a trabalhar em coordenação com o Comité das Mulheres Trabalhadoras. O Fórum Mulher nasceu numa dupla necessidade de melhor coordenar as actividades em relação à mulher, mas também por parte dos doadores, que viam multiplicar-se as necessidades, as organizações, a duplicação de esforços em termos de projectos e financiamento. O Fórum Mulher clama por ser reconhecido como um Actor político com reivindicações e objectivos para o conjunto da vida social, desafiando o discurso dominante e os códigos que organizam a informação e dão forma às práticas sociais, anunciando a mudança possível. (CASIMIRO, 2012:58)

CAPÍTULO II

1. História do Movimento sindical (1975-1987)

A história dos sindicatos Moçambicanos está intimamente ligada á própria história da luta do povo Moçambicano, pela sua liberdade e independência do jugo colonial fascista Português. (OTM-CS, 2001;4)

Após a independência nacional de Moçambique, fruto da luta de libertação nacional, levada a cabo pelos operários, camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações, das concessões, das minas, dos portos e caminhos-de-ferro, das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, jovens, homens e mulheres, cujo objectivo comum era a liberdade e justiça social, os trabalhadores moçambicanos iniciaram a organização do seu movimento sindical.

Com o fim da colonização a FRELIMO transformou-se em um partido político, de carácter ideológico marxista-leninista, que objectivava restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais. Deste modo, o governo da FRELIMO traçou a construção de uma economia socialista que procurou eliminar as estruturas de opressão e exploração coloniais, construir uma economia independente e edificar uma democracia popular. (JAKOBSEN, Kjeld; CARVALHO, Daniela. 1999:2)

Com um capital humano extremamente baixo dentro do país para substituir o êxodo dos portugueses com formação, as tentativas falhadas de gestão económica fortemente centralizada e a hostilidade dos países vizinhos como a África do Sul do apartheid e a Rodésia do Sul, que apoiaram a insurreição armada em Moçambique, levaram rapidamente o país para uma crise económica e a guerra. Esta guerra bem como os deslocamentos maciços da população, juntamente com os desastres naturais, por sua vez, causaram repetidas crises de fome durante toda a década de 1980. Socorros de urgência em larga escala começaram a definir um padrão de apelo e de resposta, que continua a influenciar a cultura institucional, quer do governo quer dos doadores em Moçambique.

As pressões políticas no campo interno e externo e a necessidade de receber ajuda alimentar para superar a crise económica e as consequências da guerra e das calamidades naturais levaram a FRELIMO a redefinir a sua política externa em 1982

o governo começou a cortejar os Estados Unidos e a fazer a sua viragem para o Ocidente (HANLON, 1997: 15). Em 1984, assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul, uma tentativa de cortar os apoios da África do Sul à RENAMO. Com este acordo, criaram-se também alguns espaços para negociações sobre a mão-de-obra moçambicana, e sobre o fornecimento da energia eléctrica de Cabora-Bassa para a África do Sul.

Depois de uma fase de economia centralmente planificada, em 1985 dão-se os primeiros passos para a sua liberalização, o que leva a uma transição. Visando reverter as tendências negativas do crescimento económico através de um reajustamento estrutural, em 1987 é introduzido o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e em 1990 o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). (REIS, 1996:81)

1.1. O movimento sindical após a independência

O Estado no período do regime socialista considerava os sindicatos como um instrumento de cooperação do Estado e da FRELIMO. O período de transição para a independência, milhares de cidadãos abandonaram o país, realidade que forçou o Estado não apenas a nomear comissões administrativas para a gestão das empresas, como também a implantar uma estrutura organizativa (Conselhos de Produção)¹ Que assegurasse o cumprimento dos planos económicos e que promovesse a organização colectiva dos trabalhadores e o aumento da consciência de classe. (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DA FRELIMO, 1976:12)

Após a independência foram criados a CP a 13 de Outubro de 1976, que funcionaram nos seguintes moldes:

- ✓ Ao nível central, foi criado o **CNICP**;
- ✓ Ao nível das empresas, foram criados os **CPUP's**;
- ✓ Ao nível das secções na empresa, foram criados os **CPS's**

¹ O surgimento dos conselhos de produção tiveram início a título piloto, em 47 empresas escolhidas da cidade de Maputo. Onde em cada unidade foi implementada a estrutura de base designada Conselhos de Produção da Unidade de Produção (CPUPs). Mais tarde o processo expandiu-se para cada uma das restantes províncias do país e havia uma Comissão Provincial em cada uma delas.

Os conselhos tinham tarefas: **Assuntos Económicos:** estudar e propor superiormente metas de produção; Estudar a criação das condições para o cumprimento dessas metas; promover, estimular e controlar a prática de emulação socialista ao nível geral e individual; Organizar palestras, sobre assuntos relacionados com a economia e produção;

Assuntos Sociais: solucionar os litígios entre os trabalhadores; estudar com os restantes departamentos e estruturas da empresa, a criação de benefícios para os trabalhadores (creches, transporte, férias, centros sociais); estudar e propor medidas, normas e acções a realizar para o seguro social (reforma, centros de férias, seguros);

Higiene E Segurança: zelar pela garantia das condições necessárias à higiene do trabalhador; estudar, divulgar e fazer aplicar as normas de segurança estabelecidas;

Assuntos Culturais: organizar grupos culturais dos trabalhadores e promover trocas de experiências e sua divulgação.

Formação profissional: estudar o processo de transformação de todos os valores culturais, científicos e técnicos, em benefício dos trabalhadores, promovendo a elevação do seu nível de instrução e qualificações profissionais;

Controle e disciplina: controlar o trabalho de cada departamento, assim como as actividades realizadas pelos trabalhadores; elevar a consciência dos trabalhadores, de modo a observarem as regras de disciplina, assim como a conservarem os bens e equipamentos da empresa; zelar pelo cumprimento dos direitos dos trabalhadores; detectar e canalizar para as estruturas competentes qualquer tipo de sabotagem.

A semelhança com outras organizações os Conselhos de Produção e o partido FRELIMO não havia qualquer separação. As duas entidades, os conselhos de produção e o partido FRELIMO partilhavam não apenas os membros e as estruturas hierárquicas e organizativas, como também, os pressupostos político-ideológicos de acção, o que determinou de modo significativo o perfil do sindicalismo moçambicano e marcou decisivamente a sua acção política. (ASSIS.1997:35)

1.2 OTM Funcionamento e Organização

Em 1983 os Conselhos de Produção foram transformados na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos OTM² encarregou-se da criação de sindicatos nacionais, coordenando não apenas a elaboração dos programas dos sindicatos, como a nomeação dos seus corpos directivos e a eleição dos outros órgãos. (MOSCA, 1999:78). Todas as estruturas representantes dos trabalhadores em cada empresa eram tuteladas pela OTM, que coordenava e fiscalizava as suas actividades e tinha sobre eles poderes de direcção.

Em Moçambique, a criação dos sindicatos não surge, pois, enquanto processo endógeno dos trabalhadores pela necessidade de defesa dos seus direitos contra o patronato, mas como uma iniciativa do próprio “Partido-Estado-Governo”, principal agente económico e detentor formal do monopólio da acção política³, o que fez com que fossem concebidos como tentáculos das estruturas partidárias, à semelhança do que acontecia com as organizações democráticas de massas, a acção dos sindicatos visava, exclusivamente, colaborar com o governo e nunca confrontá-lo. (ASSIS, 1997: 43)

Foram criadas Comissões de Trabalho, com funções de resolução de conflitos laborais, em substituição dos tribunais judiciais. As Comissões de Trabalho eram constituídas por juízes sem formação técnico-jurídica, escolhidos entre os membros das estruturas orgânicas das empresas e dos conselhos de produção. Desde que tivessem sentido de justiça, bom senso e uma formação política equilibrada. Que respondiam à carência de licenciados em direito, as Comissões visavam garantir o acesso a uma justiça célere, e que aplicasse correctamente os princípios que inspiram a construção da nova sociedade. (JOSÉ, 2005:11)

A OTM a quanto da sua formação reunia-se, na base da livre filiação, os trabalhadores moçambicanos sem distinção de raça, cor, religião, sexo ou origem. O Partido Frelimo era a forma mais alta de organização revolucionária das classes trabalhadoras moçambicanas, guiava e dirigia a OTM em toda a sua acção. A OTM era a única federação autorizada para exercer as suas actividades durante os anos de

² A OTM foi criada em 1983 e viria a ter estatuto legal apenas em 1991/92

³ O trabalho dos sindicatos deveria ter um conteúdo político, o que de ser forma veio a condicionar todo o desenvolvimento posterior dos Sindicatos, em que a OTM desempenhava um papel chave.

partido único, foi inicialmente concebida como um mecanismo de mobilização do apoio dos trabalhadores ao partido de vanguarda, seguindo o modelo europeu, onde segundo os estatutos da OTM a Frelimo guiava e orientava a OTM em todas as suas actividades. (COUGHIN, 2005:73)

No início da sua formação a OTM contava com cerca de 300.000 membros. Onde a OTM tinha 14 afiliados.

No âmbito da Conferencia Constitutiva da OTM em Novembro de 1983 foram definidas as seguintes actividades:

- ✓ Dirigir e executar e controlar toda a actividade sindical, fazendo cumprir o programa e os estatutos da OTM;
- ✓ Analisar e decidir sobre todos os problemas decorrentes da execução das decisões dos órgãos superiores da OTM;
- ✓ Garantir a aplicação das normas gerais de disciplina interna no seio dos órgãos do aparelho executivo da OTM;
- ✓ Zelar pela observância dos estatutos e pelo cumprimento do programa definido pela Conferencia Nacional,

As actividades deviam ser levadas à cabo pelo secretariado do Conselho Central que fazia parte do nível executivo da OTM.

- ✓ Mobilizar e organizar os trabalhadores para o aumento da produção e da produtividade, para o cumprimento dos planos de desenvolvimento económico e social da Republica Popular de Moçambique e satisfação das necessidades do povo;
- ✓ Desenvolver a consciência socialista dos trabalhadores, feita através da promoção da participação activa na planificação, direcção e controlo da economia, no combate ao subdesenvolvimento e na construção e consolidação do socialismo;
- ✓ Organizar, dirigir e controlar a emulação socialista nos centros de trabalhos, elevar constantemente a quantidade e qualidade do trabalho e a eficácia das Unidades de Produção. Estimular a libertação da iniciativa criadora dos trabalhadores e o desenvolvimento do movimento de inovadores e inventores.

- ✓ Promover e melhorar constante das condições de trabalho de higiene, segurança e protecção no trabalho e a criação de infraestruturas sociais em seu benefício;
- ✓ Mobilizar os trabalhadores para o aumento constante dos seus conhecimentos técnico-profissionais e contribuir para a erradicação total do analfabetismo;
- ✓ Desenvolver no seio dos trabalhadores amor e a fidelidade à Pátria e ao Internacionalismo Proletário, a defesa da economia e a luta contra os inimigos da Revolução;
- ✓ Ganhar novos membros.

Actividades essas que deviam ser desenvolvidas pelos órgãos do nível base da OTM que era constituído por uma secção do Conselho de Produção, composto por todos os Sindicatos da secção e pelo secretariado. Por uma Unidade de Produção formada por um comité sindical, que agregava todos os sindicalistas da Unidade de Produção e pelo comité sindical da empresa, composto por delegações dos comités sindicais dos centros de trabalho. (Estatutos da OTM, 1983)

1.2.2A OMM e a representação da mulher no movimento sindical

O combate pela afirmação da mulher mostrou como, ao longo da Luta Armada, foi também possível começar o desmontar das formas anteriores de coisificação e promoção da mulher, tendo-se iniciando os primeiros passos para relações sociais de género baseadas na igualdade de direitos e deveres. Neste processo, mulheres e homens foram, ao mesmo tempo, agentes transformadores e sujeitos a ser transformados, através dum processo de criação duma sociedade de tipo novo. (CASIMIRO,2012:7)

No período pós-independência, a emancipação da mulher foi entendida, a maior parte das vezes, como algo oferecido pela FRELIMO, e não como um direito conquistado durante a Luta Armada, e que foi objecto de influência do movimento feminista internacional e de outros países. Importa realçar as áreas em que as percepções de mulheres e homens sobre as relações sociais de género não sofreram mudanças. A divisão sexual do trabalho não sofreu alterações nas zonas libertadas, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico. O

seu trabalho foi acrescido das tarefas ligadas à participação na luta alimentar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança das zonas libertadas, escolas, infantários, centros de saúde, treinar e participar em combates. (CASIMIRO,2004:176)

A Organização da Mulher Moçambicana (O.M.M.), constituída em 1973, estendeu a sua organização a todo o território, tendo sido a única organização que conseguiu manter-se, desde a luta armada até ao presente. Após a Independência o Estado adoptou um compromisso pela melhoria do estatuto e participação da mulher no desenvolvimento, tal como havia acontecido durante a Luta Armada, em tanto que na teoria e prática foi sempre bastante contraditória. Foi contraditório pois quando a FRELIMO e depois o Partido Frelimo abraçou em relação às mulheres uma mistura de políticas de orientação socialista em que a opressão das mulheres se baseava na sua posição económica parte do paradigma da modernidade, ainda que de orientação socialista e, uma política de desenvolvimento de bem-estar social designada “Mulher no Desenvolvimento” (Women in Development-WID), com o objectivo de integrar a mulher no desenvolvimento. Esta política tinha como foco o papel reprodutivo da mulher, ou seja, o acesso a programas de bem-estar social que providenciassem habilidades em economia doméstica, nutrição, saúde, educação, justiça, acesso a recursos, como é o caso de ajuda alimentar e planeamento familiar.

As mulheres eram vistas como um recurso, cuidadoras e fornecedoras de serviços sociais. Apoiada numa tradição liberal, esta visão procurava uma maior equidade entre mulheres e homens, sem que se alterassem os estereótipos, as relações de género e de poder, o acesso e controlo de recursos e a ideologia. Este tipo de políticas reproduziam e não punham em causa as tarefas da mulher-dona-de-casa e trabalhadora, no âmbito da divisão sexual de trabalho, sendo a mulher vista como beneficiária passiva do desenvolvimento. (CASIMIRO,2004:276)

Os departamentos constituídos por mulheres no movimento sindical

Nos conselhos de produção a mulher trabalhadora não teve atenção diferenciada apesar de em sua génese, existir um **Departamento de Assuntos Sociais** no qual uma de suas funções eram os problemas das mulheres, que eram entendidos na sua globalidade, sem uma demarcação no que dizia respeito a esfera laboral, estavam mais inclinados na resolução de conflitos sociais. Eram tratados assuntos

como os problemas do absentismo da trabalhadora, como os casos de mulheres espancadas e o lobolo. (ASSIS,1997:57)

A quanto da constituição da OTM em 1983, a criação dos sindicatos segundo o seu ramo de actividade, a nova estrutura da OTM, incluiu um **Departamento da Mulher e Jovem Trabalhador**, a OTM tinha a ideia de seus problemas eram os mesmos, estavam relacionados com a inserção no local de trabalho e a necessidade de formação profissional. O departamento não foi assumido pelas mulheres como uma área de intervenção específica e não constituía um marco de referência. O departamento era dependente em relação á área da Organização o que impedia o seu desenvolvimento e uma postura mais interveniente e o facto de abranger também o jovem trabalhador diluiu-se a importância dos problemas da mulher trabalhadora. (Idem, p. 58)

1.2.3 A atuação da OMM no movimento sindical

A OMM que tinha o suporte partidário teve bastante influência no sector laboral. Por sua vez nunca se centrou unicamente nos problemas da mulher no local de trabalho, dava ênfase a problemas de natureza social: o lobolo, o amantismo e a violência contra a mulher. Com a viragem da política do partido Frelimo nos meados dos anos 80 com respeito as organizações de massa, os núcleos da OMM nas empresas foram perdendo de forma gradual a sua importância.

Quanto ao seu impacto na OTM destacam-se:

- ✓ A OMM nunca teve real adesão dos trabalhadores, o que a mantinha era o suporte oficial do partido Frelimo;
- ✓ A OMM excedia largamente as suas funções ao intervir nos lares dos trabalhadores de ambos os sexos, para resolver problemas sociais, o que fez com que se criasse uma imagem negativa sobre ela;
- ✓ Na base existiam ressentimentos em relação a actuação da OMM, que era motivada pela imposição de pagamentos de quotas, dado que nunca se sabia o que acontecia com o dinheiro que era regularmente entregue. (ASSIS,1997:66)

CAPÍTULO III

1. Consequências da liberalização económica no movimento sindical (1987-1992)

No período imediatamente a seguir à independência foi concebido o Plano Prospectivo Indicativo no âmbito da política socialista que visava a eliminação da pobreza e o desenvolvimento do país em dez anos. Para atender o objectivo traçado pelo plano, foram implementadas as machambas estatais, aldeias comunais. Este programa fracassou e não produziu os efeitos desejados devido a vários factores internos e externos. Os factores internos preponderantes que contribuíram para o não alcance dos resultados preconizados no PPI foram a guerra civil e as calamidades naturais cíclicas. Essa situação levou o país a uma crise sem precedentes e foi nesta senda que procurou-se encontrar alternativa para a falta de recursos financeiros externos em que e os poucos doadores condicionavam a continuação do financiamento a adesão nas instituições de Bretton Woods (IBW). (Ribeiro, 2020:4)

1.1. Programa de Reabilitação Económica

O FMI levou ao desenho do programa de ajustamento económico que ficou conhecido em Moçambique por Programa de Reabilitação Económica (PRE) e posteriormente passou a incorporar a componente social (PRES) Programa de Reabilitação Económica e Social. As linhas gerais do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) foram apresentados a direcção do FMI em Setembro de 1986 e a implementação do programa inicia-se em 1987. O Programa de Ajustamento Estrutural visava a reparar os erros da implantação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI) e recuperar os índices de Produção e de exportação. Pressupunha também repor o equilíbrio na balança de pagamentos e controlar a inflação através da desvalorização da moeda para incentivar as exportações e conter as importações, do corte da despesa pública e dos subsídios as empresas, da privatização da propriedade do Estado, da

introdução do princípio da recuperação dos custos no fornecimento de serviços públicos essenciais (saúde e educação) e da contenção de créditos a economia. (BRANCO, 1994:600)

O programa tinha também como objectivo liberalizar a economia, privatização e sucessivamente deixá-la orientar-se pelo mercado e a redução gradual do papel do Estado nos vários domínios da vida do país.

O pacote do PRE envolvia o livre comércio, a desregulamentação e a privatização. Na sequência o governo de moçambicano liberalizou os preços, terminou a sua participação no mercado, reduziu orçamento das áreas sociais e introduziu políticas na saúde e na educação. A austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização dos mercados constituíram os três pilares de consenso de Washington nos anos 80 e 90.

O PRE tinha como seu principal objectivo reestabelecer os equilíbrios macroeconómicos e restaurar um ambiente que destinasse-se ao desenvolvimento económico, na perspectiva de reverter a situação de tendência negativa que até então registava-se e a consequente degradação

Social sem perspectiva de nenhuma melhoria. (RIBEIRO, 2020:12 apud MAGENGE, 2019)

1.1.2. Principais objectivos do PRE:

- ✓ Reverter o declínio da produção;
- ✓ Assegurar às populações as receitas mínimas e um nível de consumo mínimo
- ✓ Restaurar o balanço macroeconómico através da diminuição do défice orçamental;
- ✓ Reforçar a balança de transacções correntes e a balança de pagamentos. (Idem, pag13)

O PRE tinha em vista o reparo aos erros do PPI e recuperar os índices de produção e de exportação registados em 1981, este programa destacava como haverem sido principais erros da estratégia do PPI a má gestão macroeconómica, a distorção da estrutura dos preços relativos em desfavor da agricultura e das exportações, e o desincentivo à operação do sector privado nacional e estrangeiro. A riqueza concentrou-se nas mãos de uma minoria, nacional e estrangeira, a custa da degradação galopante

das condições de vida de uma maioria sempre mais numerosa. Com a transformação do PRE em PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social. O PRE passou mais tarde ao PRES (1990), devido a necessidade de focalizar mais a dimensão humana, uma vez que com tal política o fosso entre ricos e pobres aumentava progressivamente, trazendo impactos significativos nas estruturas da sociedade e contrariamente ao que motivou a sua adopção criou um impacto social negativo.

O Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) tinha objectivo de melhorar a vida da população das zonas rurais e estava degradada devido a políticas não adequadas a realidade, como o caso das aldeias comunais e as machambas Estatais. A população rural tinha sido severamente atingida pela guerra civil, por calamidades naturais sucessivas, inundações de 1977/78, 1984/85 e secas de 1981 e 1983, cujos efeitos se traduzia na fome crónica e degradação das condições de vida e as dificuldades de alimentação eram enormes. (ABRAMSSON; NILSSON, 1998:32)

1.2. Impactos da Liberalização para o movimento sindical

As privatizações impactaram de forma significativa o movimento sindical de certa forma cerca alteraram as relações do movimento sindical e o Governo (Frelimo):

Como principais consequências:

- I. **A capacidade de mobilização e redefinição do papel do estado** foi enfraquecida com os despedimentos em massa, à medida que muitas empresas privatizadas realizaram cortes de pessoal para reduzir custos e melhorar a eficiência.
- ✓ **Perda de empregos** Mais de 500 empresas existentes na altura em que iniciou o PRE, mais de 100 se encontravam em estado de paralisação, semiparalisarão ou mesmo encerradas. As razões deste facto foram o abandono das empresas pelos adjudicatários, falta de investimentos ou reorientação da actividade produtiva, violando muitas vezes o compromisso assumido durante o acto de adjudicação da empresa, facto que foi agravado pela passividade aparente das entidades do governo responsáveis. (ASSIS, 1997:47)

Sindicato	Nº trabalhadores em 1987	Nº trabalhadores em 1996	Despedimentos	% de Redução
SINTIA	22 813	15 097	7 716	33.47
SINTEVEC	19 000	10 860	8 140	42.84
SINTIC	9 875	7 603	2 272	23.14
SINPOCAF	32 500	18 155	14 345	44.13
SINTIME	17 985	13 135	4 850	26.96
SINTIQUIGRA	11 774	10 705	1 069	9.07
SINECOSSE	26 808	24 573	2 235	8.33
SINTAF	*	46 659	*	*
SINTMAP	8 237	6 487	1 750	21.24
SINTIAB	12 692	10 493	2 199	17.32
SNEB	5 635	5 380	255	4.52
SINTAC	9 313	9 004	309	3.31
SINTICIM	50 000	35 239	14 761	29
SINTRAT	*	*	*	*
SINTIHOTS	14 805	19 600	1 123	

Quadro da evolução da força de trabalho empregada e sindicalizada entre 1987 e 1996. (LOPES, 2007:52)

Como pode-se ver houve a redução da força de trabalho, que assumiu proporções de um verdadeiro flagelo social, com a exclusão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho. O SINTIHOTS, constituía a única excepção, tanto em número de trabalhadores como de comités sindicais, pois estava situado no ramo alimentar e de turismo.

- ✓ **Desorganização sindical** A Constituição moçambicana de 1990 introduziu a democracia liberal, multipartidária, e alargou o leque dos direitos e liberdades individuais e colectivos, entre os quais a liberdade sindical. A nova conjuntura política teve duas consequências imediatas para o sindicalismo moçambicano: a OTM deixou de ser uma organização filiada no partido FRELIMO, transformando-se numa central sindical (OTM-CS), e nasceu uma outra

central sindical, a Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique (CONSILMO).

Os sindicatos moçambicanos enfrentavam extremas dificuldades, os novos problemas do mundo laboral. O novo contexto político transformou-os em órfãos do governo e do Estado, provocando uma crise identitária ainda não ultrapassada. A acção dos dirigentes sindicais era ambígua, repartida entre as velhas alianças político- partidárias e a necessidade de defesa dos trabalhadores. O distanciamento das bases por parte dos dirigentes sindicais era sintoma desse posicionamento ambíguo, o que se tornaram num elemento de intensificação da crise de legitimidade de que sofriam. Os sindicatos foram confrontados com situações que não entendem e que não têm meios para controlar, como era o caso das privatizações. (JOSE, 2006:24)

Em finais de 1991 é aprovada uma lei sobre o exercício da liberdade sindical (Lei 23/91), que permitia às associações sindicais obter personalidade jurídica sem estarem filiadas a uma central sindical.⁴ Esta lei desencadeou entre certos dirigentes sindicais reivindicações de autonomia de funcionamento. Em 1992, três sindicatos declararam-se independentes da OTM e constituíram provisoriamente uma aliança designada “Sindicatos Livres e Independentes” (SLIM). (ARTUR, 2004:6)

II. Diminuição da protecção dos direitos dos trabalhadores

✓ Incumprimento das cláusulas estabelecidas no âmbito das leis das PRE

O processo de privatizações tinha várias irregularidades, relacionadas com a violação das cláusulas definidas nos dispositivos que regulavam o processo de privatização. Foram despedidos trabalhadores sem justa e sem o parecer dos órgãos sindicais, pois algumas empresas se recusavam a pagar as dívidas herdadas enquanto a lei adjudicação prévia. Onde 27 empresas foram reformadas e os trabalhadores não receberam as respectivas pensões e salários, havia atrasos que variavam de 1 á 3 meses.

III. O aumento do custo de vida

⁴ Os sindicatos passaram a ter total autonomia administrativo, financeira e patrimonial em relação á OTM-CS, nos termos da Lei 23/91. Contudo, prevalecia ainda o ideal unitarista da OTM-CS, sob a alegação de que era necessário prevenir factores de divisão do movimento sindical.

- ✓ **Diminuição do salário mínimo** os 311.97500MT salário mínimo que vigorou desde 1 de Abril de 1997, representavam menos de 50% dos 761.250.00MT que vigorou até 1996, o que não eram necessários aos custos de um cabaz de produtos básicos mínimos, que não estavam relacionados aos custos de transporte, energia, educação, saúde, vestuário e outras necessidades.

Um outro factor aliado a redução do salário mínimo era a ocorrência de uma injustiça na distribuição do rendimento nacional, que os trabalhadores eram sujeitos a passar. Onde alguns da sociedade moçambicana, e não só, estavam a apropriar-se dos ganhos do crescimento conseguido com o enorme esforço dos trabalhadores e que pouco ou quase nada ganhavam em troca. Foi dito numa primeira fase que com a diminuição da mão-de-obra nas empresas o salário evoluiria mas a situação ficou insustentável, em algumas empresas, o despedimento foi acompanhado de uma pior situação relativa ao pagamento dos salários, havia empresas que deviam os respectivos trabalhadores há mais de 12 meses.

A degradação acelerada das condições de vida levou os trabalhadores a reagir. Em 1990 ocorreram uma série de greves na cidade e província de Maputo. Perante a inércia dos sindicatos, as greves foram dirigidas por comissões designadas pelos trabalhadores de 'ad hoc'. As organizações sindicais foram surpreendidas por esta situação inesperada e dividiram-se. Os trabalhadores em greve não obtiveram o apoio dos dirigentes sindicais.

1.2.1. O PRE na vida das mulheres trabalhadoras

A liberalização económica, o início do processo de privatizações e a alienação das empresas estatais foram algumas das medidas adoptadas com o PRE, que mais repercussões tiveram sobre os trabalhadores. De entre estes, as mulheres trabalhadoras foram severamente atingidas com os licenciamentos de força de trabalho, no sector público e privado. Onde segundo dados de 1994, 40.000 dos despedimentos, 48% eram mulheres e tendo em conta que na estrutura laboral do país havia maior predomínio da força do trabalho masculina, aliado ao facto de que as mulheres trabalhadoras serem profissionalmente pouco valorizadas, pelos baixos níveis de formação, ocupavam funções subalternas e não especializadas e com níveis mais altos de absentismo. (ASSIS, 1997:56).

CAPÍTULO IV

1. O contributo das mulheres para a criação dos comités

1.2 Situação da mulher em Moçambique

Em Moçambique as mulheres constituíam a maioria da população segundo dados preliminares do censo 1997, a população feminina constituía um total de 53%. (RELATÓRIO SOBRE NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO PLANO PÓS-BEIJING, p.2). E do ponto de vista económico a situação da mulher agravou-se. Os despedimentos massivos de trabalhadores, em resultado da privatização das empresas do Estado e a subida galopante do custo de vida empurram a mulher para o mercado de trabalho informal, sem que as expectativas sociais relativamente o seu papel e função estivessem alterados e isso permitiu a tornar-se mais visível a sua contribuição, pela participação directa na geração de rendimentos, porém a distribuição de recursos no seio da família, a tomada de decisões referente a despesas e poupanças continuava ligada ao modelo patriarcal. (RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERVALO ENTRE A I E II CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMUTRA, 2002:9)

As condições e modalidades destes trabalhos também contribuíam para o agravamento da opressão da mulher. Tratava-se, com efeito, de sectores de trabalho intensivo (sem horário) pouco rentável e com grandes dificuldades, em condições de trabalho não controlados. (RELATÓRIO SOBRE NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO PLANO PÓS-BEIJING, p.24)

1.3. A criação dos comités da mulher trabalhadora

Os Comités da Mulher Trabalhadora surgem em 1993, sobre uma viragem de grandes transformações para o movimento sindical, que eram confrontados com a liberalização económica e política. Por outro lado, os sindicatos moçambicanos são membros do Conselho Coordenador dos Sindicatos da África Austral (SATUCC), que em 1991 aprova uma Carta Social dos Trabalhadores, que foi reformulada em 1996 a partir das contribuições dos países aderentes. Na nova versão, um dos aspectos

importantes a que se deu realce foi “a igualdade de tratamento de homens e mulheres” no que se dizia respeito ao emprego, às remunerações e às carreiras, e a sua aplicação foi encorajada. Em 1993, Moçambique era o único país da SATUCC que não tinha ainda constituído estruturas femininas dentro dos sindicatos e que apresentava baixos índices de representatividade feminina nos seus órgãos de direcção. (ARTUR,2004:7)

Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90, momento em que a palavra democratização começava a surgir no processo político do país, criar uma estrutura da mulher trabalhadora, talvez pensando em um cartão-de-visita democrático na própria organização sindical. O processo da constituição dos comités, só veio a iniciar em 1993, devido sobretudo a dificuldades financeiras.

A nível da OTM-CS o Comité das Mulheres Trabalhadoras (COMUTRA) foi criado na Conferência Nacional de Março de 1996 e o seus membros eram eleitos por votos individuais e secretos das delegadas. O Comité Nacional Mulher Trabalhadora (CONMUT) foi criado em 1994. Em uma primeira, apenas haviam formado os comités ao nível nacional em dois sindicatos. As mulheres primeiro fizeram o levantamento dos problemas que afectavam a mulher trabalhadora, realizado através de seminários e reuniões.

Nessa senda, foram identificados como principais problemas, o que legitimaria a constituição do novo órgão.

- ✓ Despedimentos em massa de trabalhadores e os feitos do PRE;
- ✓ Assédio sexual;
- ✓ Discriminação em avaliações e promoções e exclusão nos cargos de chefia;
- ✓ Discriminação nas possibilidades de acesso a formação profissional;
- ✓ Não cumprimento do disposto na legislação, quanto á protecção das mulheres, nomeadamente a gravidez;
- ✓ O complexo de inferioridade das mulheres e outros comportamentos negativos;
- ✓ Discriminação salarial com base no género; (NEGRÃO, et al 1998)

As conclusões foram reunidas num Manual de Formação, cujo objectivo era de dar a conhecer às mulheres sindicalistas o estado das constatações e propostas. No

Manual, o Comité foi definido como “a estrutura criada na central sindical a todos os níveis, dos Sindicatos Nacionais até à base, para zelar pelos problemas específicos da mulher no mercado de trabalho” (OTM et al., 1995:26). Os Comités deviam servir como um Fórum para a criação de estratégias de apoio e de assistência entre as mulheres trabalhadoras (idem, p.61).

Os dois aspectos, a existência de ‘problemas específicos’ e a necessidade de desenvolver a solidariedade entre as trabalhadoras, são igualmente sublinhados nos parágrafos que apresentam os **objectivos**:

Organizar as mulheres trabalhadoras na luta comum para a conquista de direitos iguais e de oportunidades iguais para todos; garantir que o sindicato se responsabilize pelos problemas específicos da mulher trabalhadora; mobilizar a mulher para que esta se engaje no movimento sindical; defender os direitos e os interesses específicos da mulher trabalhadora; zelar pelo respeito das leis que defendem a trabalhadora; formar e educar a trabalhadora em matéria de legislação do trabalho e sindical (idem, p.26-27).

São apresentados como ‘**deveres**’ das mulheres sindicalistas: participar no movimento sindical, ‘assumir a boa execução do seu trabalho’, ‘manifestar activamente as suas capacidades e interesses’, defender os seus interesses, ‘valorizar a sua personalidade, a sua dignidade, o seu trabalho, as suas capacidades’ (idem, pp. 36-37).

2. O Comité da Mulher da Trabalhadora organização e funcionamento

O COMUTRA é a estrutura de sindicatos responsável pelo enquadramento e participação da mulher da trabalhadora na organização, acção e liderança sindical.

Objectivos:

- ✓ Defende a unidade de todas as mulheres trabalhadora da OTM-CS.
- ✓ Mobilizar, organizar e dirigir a luta da mulher trabalhadora pela promoção e defesa dos seus direitos e interesses específicos laborais;
- ✓ Contribuir para a solução dos problemas da mulher trabalhadora de modo a criar-lhe condições e ambiente adequado para o desenvolvimento das suas actividades e proporcionar a emancipação efectiva;
- ✓ Denunciar as manifestações discriminatórias da sociedade;

- ✓ Lutar para que a mulher trabalhadora adquira conhecimentos científicos; (SINTIQUIAF, 2007:2-3)

✓ **2.1. Organização**

O COMUTRA encontrava-se implementado a nível nacional, provincial e local, tinha uma direcção composto por 4 membros, nas provinciais as direcções estavam compostas por 3 membros.

A nível nacional, na sua maioria possuíam direcções compostas por 3 membros sendo uma coordenadora e duas secretarias, com a excepção do SINTRIQUIGRA e SINAFP, que optaram por criar uma única área, denominada de área Social, Mulher e Jovem Trabalhadora.

A nível das províncias, os sindicatos apenas possuíam estruturas onde o número de mulheres trabalhadoras do respectivo ramo o justificava.

Nos termos do regulamento Interno do COMUTRA, a direcção eleita pela Conferencia Construtiva era composto por 1 coordenadora e 3 secretária sendo:

- ✓ Cesta Ernesto Chiteleca – Coordenadora;
- ✓ Helena Fulane – Secretária;
- ✓ Amélia Amável de Santa Bibiana – Secretária;
- ✓ Adozinda de Almeida – Secretária. (RELATÓRIO DE DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERVALO ENTRE A I E II CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMUTRA, 2002:4-7)

2.1.1. Funcionamento

O funcionamento das estruturas provinciais do COMUTRA variava de província para província, em função da maior ou menor disponibilidade das suas responsabilidades, uma vez que não existiam pessoas afectas a tempo inteiro para realização das tarefas do COMUTRA.

No âmbito da cooperação com o sindicato dinamarquês das mulheres-KAD, Em 1997, foi estabelecido um projecto de apoio a 4 províncias Maputo, Sofala, Zambézia e Nampula que previa a o pagamento de um subsídio para a afectação da coordenadora provincial e um fundo mínimo para despesas administrativas e de assistência aos comités de base. O projecto teve a duração de 3 anos, e retomou novamente em Julho de 2001 e terminou em Junho de 2002, com a fusão do projecto

COMUTRA-CONEFS.

O funcionamento do projecto criou condições para que a actividade do COMUTRA nas 4 províncias conhecesse um desenvolvimento maior relativamente a outras províncias. Os comités da mulher trabalhadora a nível das províncias realizaram um trabalho positivo na organização e enquadramento da mulher trabalhadora para a sua filiação no sindicato, na divulgação da legislação que protege mulher e no conhecimento dos seus direitos e deveres, apesar se terem ressentido do impacto dos despedimentos massivos de trabalhadores. (Fundação Friedrich Ebert,1997:17).

A articulação dos comités dentro da estrutura sindical aos vários níveis foi um processo delicado, na medida em que, na busca de um espaço de acção e de intervenção próprios, procuraram evitar um confronto directo com os líderes sindicais, tanto no topo como na base. Quanto ao espaço estruturante os comités na estrutura sindical se deveriam ser departamento ou área. Os sindicatos tinham uma longa tradição de liderança masculina e os comités tinham que lutar bastante para que fossem considerados órgãos de direito e de intervenção no movimento sindical. (NEGRÃO et al 1998:39)

Os COMUTRAS dos sindicatos nacionais por limitações de ordem financeira enfrentavam dificuldade de se deslocar às províncias para de perto poderem orientar e apoiar os seus comités, o que originava a falta de conhecimento total da situação da mulher.

Uma outra dificuldade situava-se na falta de reconhecimento dos gestores do papel e importância destas estruturas o que levava a que criassem dificuldades em dispensar as senhoras para a realização de trabalho sindical e participação em actividades de carácter formativo. E a alternativa encontrada era de realizar reuniões aos fins-de-semana o que não era fácil, por conta das responsabilidades familiares que as mulheres eram chamadas a responder nesse período em estudo.

Nas empresas existiam até ao período que me proponho a estudar 254 comités da mulher trabalhadora em todos os ramos de actividade abrangidos pela OTM-CS. (ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERVALO ENTRE A I E II CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMUTRA, 2002:pg6-7).

Representatividade feminina nos órgãos de direcção ano 2000

Presidente	Conselho Coordenador	Secretariado Executivo	Secretários Gerais dos Sindicatos	Membros dos Secretariados dos Sindicatos Nacionais	Conselhos dos Sindicatos
0%	15%	25%	Dos 13, só uma era mulher	Dos 52, 7 eram mulheres	Entre 10 á 15%

(ARTUR, 2004:5)

3. O COMUTRA e o projecto da mulher

Em Novembro de 1995 a CISL, com o apoio do sindicato dinamarquês das mulheres, iniciou um projecto de 3 anos, que visava a apoiar as mulheres trabalhadoras na actividade sindical, melhorar o seu acesso á tomada de poder e aos órgãos de decisão de chefia. O projecto continha como acções principais realizar a formação de mulheres formadas e coordenadoras para darem seguimento as actividades locais básicas de sensibilização de maior número de mulheres para a se filiarem nos sindicatos, elaboração de matérias de formação, estabelecimento de núcleos da mulher nos locais de trabalho, realização de visitas de supervisão as províncias, organização das mulheres no sector informal.

Em 2000 o projecto assumiu um carácter bilateral OTM-CS/COMUTRA-LOFTF/KAD e em Junho de 2002 passou a integrar a componente CONEFS. Foram constatados que os objectivos foram alcançados, foram criadas estruturas do COMUTRA, foi feito um amplo trabalho de educação e mobilização da mulher, problemas como a discriminação o assédio sexual, a desigualdade de tratamento e foram adoptadas medidas para a sua redução. A consciência da mulher sobre a importância da sua participação na actividade sindical cresceu. (ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERVALO ENTRE A I E II CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMUTRA, 2002:11 et seq)

4. COMUTRA e a sua Cooperação com Organizações Nacionais e Internacionais.

O COMUTRA era membro do Fórum da Mulher onde fez parte da Direcção do Conselho Fiscal, do Comité das Mulheres da SATUCC e da CISL-AFRO.

No âmbito do trabalho com estas organizações participou em vários seminários e actividades de carácter formativo. Como membro do Fórum da Mulher, o COMUTRA participou no Workshop denominado Direitos Humanos e Constitucionais no Movimento Sindical nos Países de África, na Zâmbia; na Conferencia Internacional de Pequim, bem como na avaliação e implementação e acompanhamento das plataformas de acção de Beiging, Compenhague e Cairo. Onde no âmbito do trabalho com o Fórum, 13 mulheres foram formadas em Planificação e Gestão dos Pequenos Projecto, 1 em Jornalismo, 4 em Lóbi e Avogacia e 6 em Género. (MUTUSSE, 1996).

Em 1998, o COMUTRA passou a ser membro da direcção do Comité da Mulher na SATUC e participava de Conferências do Comité da SATUC, e dos congressos da mesma organização. Promovido pela SATUC o COMUTRA participou nos Simpósios sobre a Nova Ordem Global, Implicação e Desafio da nova economia global para o Movimento Sindical, Intervenção Social e Económica na União Europeia e a Carta Social da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral; Desafios do Movimento Sindical para o século XXI.

No âmbito da sua cooperação com o KAD/LO-FTF, 3 delegações dinamarquesas visitaram o país para troca de experiências e 6 representantes do COMUTRA deslocaram-se para a Alemanha para troca de experiências com as mulheres dos Sindicatos Alemães e Angolanos.

No âmbito da cooperação com USIS (Serviços Culturais da Embaixada dos Estados Unidos da América) o COMUTRA participou numa conferência denominada “Civitas”, Fórum de Educação Cívica em 98, em Maputo, com o objectivo geral de promover, apoiar e sustentar a democracia através do encorajamento da comunicação entre Organizações engajadas na Educação cívica.

No âmbito da cooperação existente entre a OTM-CS e a CTUC-Confederação dos Sindicatos da Commonwealth o COMUTRA participou de dois

seminários, onde participaram 40 mulheres Coordenadoras de base, subordinadas aos temas: Lei de Trabalho 8/98 de 20 de Julho, Saúde Higiene e Segurança no Trabalho. O COMUTRA participou no VII Congresso de OUSA, na conferência Regional da LO-Noruega na Zâmbia, no Seminário sub-regional na ILO sobre a participação das mulheres nos Sindicatos.

9 Coordenadoras participaram nos cursos que eram anualmente promovidos pela OIT, em Turim na Itália, sobre interesse sindical.

O COMUTRA participou de um curso sobre o género, o qual participaram 25 mulheres, promovido pela Universidade de Estudos Laborais do Cabo (África do Sul).

A cooperação do COMUTRA com outras organizações de mulheres, em particular com as de natureza sindical, contribuiu para o desenvolvimento do COMUTRA, pois fortalecia a sua capacidade organizativa e aquisição de experiências sobre a organização e mobilização de mulheres trabalhadoras, lobbying e advocacia. (RELATÓRIO DE DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INTERVALO ENTRE A I E II CONFERÊNCIA NACIONAL DO COMUTRA, 2002:8-11)

CAPITULO V: CONCLUSÃO/PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

O trabalho propõe-se a fazer uma análise sobre o Contributo da Mulher no Movimento Sindical em Moçambique de 1975-2004. Traz como questão principal: em que medida pode-se dizer que as mulheres contribuíram no movimento sindical em Moçambique primeiro levando em consideração o período inicial do estudo que apesar da mulher de participado do movimento revolucionário da história de Moçambique entre 1964-1974 a mulher continuava a ser discriminada.

É perceptível que dependendo das diferenças culturais, políticas, económicas e religiosas que existem nas várias sociedades o qual o mundo é composto, é inquestionável que a inferiorização da mulher parte da educação que é um factor primordial no que diz respeito a formação de mentalidade. Desde sempre as mulheres foram educadas em função daquilo que se entendia como a sua realização pessoal que era de casar, procriar, educar os seus filhos e servir o seu esposo e do homem eram de ser pai ou marido, provedor da casa. Dai que os valores transmitidos aos homens e mulheres fossem diferentes.

Pode-se compreender que a própria história da participação da mulher no movimento entre 1975-1987 no sindical parece um tanto que inexistente pela forma como foi conduzida pela OMM, que tinha forte relações com o Partido Frelimo que muitas vezes chegou a se considerar que era um braço do partido e funcionava como uma linha de comunicação entre o partido e o povo. A sua política era, a política da Frelimo, e desta feita não lhe cabiam na maioria das vezes as lutas específicas de género, que não foi diferente no movimento sindical, apesar de ter constituído núcleos em varias empresas nos finais dos anos 80, nos locais de trabalho ultrapassava as suas competências pois interferia em assuntos que não eram estritamente laborais como o lobolo entre outros.

Através do estudo podemos compreender que as mudanças socioeconómica e política no país criaram condições propícias para a consolidação da participação da mulher na vida nacional e no movimento sindical em particular, o que veio contribuir para a criação dos Comités Nacionais da Mulher Trabalhadora a nível da OTM-CS e dos sindicatos filiados, mostrando a necessidade que já era mundialmente reconhecida, da promoção da mulher, luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

Apesar das actividades realizadas pelo COMUTRA estarem maioritariamente ligadas para a formação e capacitação das dirigentes e activistas dos Comités da Mulher Trabalhadora nas empresas e Sindicatos, no levantamento dos principais problemas que afectavam a mulher trabalhadora e envolvimento da mulher trabalhadora nas actividades sindicais, de entre as quais eram a negociação de instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, mostravam progresso pois os conflitos laborais tinham a tendência de diminuir, as formações contribuíam para o fortalecimento da capacidade de intervenção e interpretação dos fenómenos sócio laborais por parte das mulheres, bem como na promoção da sua autoconfiança.

A criação dos comités da mulher trabalhadora teve contributo para o movimento sindical, pois foram levantados problemas específicos das mulheres trabalhadoras, que antes não eram abordados no Movimento Sindical e também, a medida em eram desenvolvidos conceitos de género no seio do movimento sindical. Um dos problemas principais foram os números elevados de trabalhadoras que perderam os postos de trabalho por conta dos PRE e a alternativa encontrada de sobrevivência foi no sector informal, numa primeira fase o COMUTRA iniciou a sua intervenção ao nível da cidade de Maputo, criou um núcleo, que mais tarde criou uma associação dos trabalhadores e operadores do sector informal na cidade de Maputo, a associação trabalhava na angariação de sócios para a associação, no contacto com as instituições do governo com vista a solucionar os imensos problemas com que o sector carecia.

Os comités contribuíam para o alargamento das políticas de género no movimento sindical, que passaram a envolver dirigentes sindicais á vários níveis, com o objectivo de reflectir sobre as desigualdades de acesso e controlo dos centros políticos de decisão dentro do movimento sindical por parte das mulheres, onde havia a necessidade de projectar, implementar e acompanhar, com total participação das mulheres, políticas e programas sensíveis ao género. Pois era necessário eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher e remover todos os obstáculos a igualdade entre os géneros e promover o avanço e acesso ao poder pela mulher.

Apesar da existência da Política de Género; existência de capacidade de intervenção e influência nos processos políticos e sociais; estruturas organizadas e estabelecidas e a Existência dum quadro-pessoal formado em matérias sindicais e de mercado laboral, existem ainda desafios, como a gestão da fraca adesão das mulheres

que resulta pelo facto da mão-de-obra feminina estar concertada maioritariamente no sector informal. Um facto que seria bastante interessante seria o alargamento dos objectivos do COMUTRA, para o sector informal, como forma de mitigar e dar a conhecer os direitos das mulheres a nível laboral como por exemplo as trabalhadoras domesticas, que muitas vezes sofrem abusos, para isso precisaria do apoio do Estado dado a extensão do sector informal no país.

A questão do apoio limitado dos dirigentes sindicais ao COMUTRA, que não eram autorizados a abrir uma conta bancária, nem quando se tratava de gerir as doações directamente concedidas para os programas dos Comités. Estavam a ser controladas pelas direcções sindicais, que frequentemente os utilizavam segundo as suas necessidades e outro factor está ligado ao défice de reconhecimento da mulher no movimento sindical o que se manifesta não só pela contínua discriminação, fraca representação das mulheres nas estruturas sindicais, como foi ilustrado ao logo do estudo onde há fraca representatividade feminina nas direcções sindicais.

Outro facto desafiante é o financiamento das actividades do COMUTRA é deficitário pois o funcionamento depende em boa parte de doações a nível externo que muitas vezes limita a sua actuação pois é direccionado para actividades concretas e pontuais tais como *workshops*, treinamentos e seminários o que não permite ao COMUTRA com alguma previsibilidade planificar o fluxo de financiamento.

E por fim a relação com o COMUTRA e os empregadores existe a necessidade de se alargar essa componente para que o COMUTRA possa expandir ainda mais as suas actividades e permitir maior adesão das trabalhadoras, existem a necessidade de criar programas de sensibilização a nível das empresas e bem como da sociedade, o que seria de grande ajuda um maior envolvimento da OTM-CS e os sindicatos filiados, e olhar para o COMUTRA como apenas uma organização que resolve os problemas específicos das mulheres.

CAPITULO VI: BIBLIOGRAFIA

Livros:

- ✓ ABRAHAMSSON, H; NILSSON, A (1998) Moçambique em Transição, 1975-1992. Gorberg: Chalmers reprocentra.
- ✓ Assis, Abel (1997), “Movimento sindical em Moçambique: evolução e perspectivas”. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.
- ✓ CAMISIRO, I (2004). Paz na terra, guerra em casa, feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo, Promedia.
- ✓ CONEFS/OTM (2002). Simplificação da lei do Trabalho n°8/98: curso de formação para sindicalistas. Modulo 3, Maputo.
- ✓ COUGHLIN, P (2005) Relações Laborais em Moçambique: Lei, Prática, e Implicações Económicas incluindo Comparações Internacionais. Maputo: EconPolicy Research Group, Lda.
- ✓ Fundação Friedrich Ebert (FFE) /Comités de Mulheres de Sindicatos Nacionais (1997), Estratégias futuras para os Comités de Mulheres Trabalhadoras. Maputo (Mimeo).
- ✓ HANLON, J (1997) Paz sem benefício: Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária-UEM.
- ✓ JAQUETA, Ó (2021) O poder e género nas organizações em Maputo-Moçambique. Lisboa: Instituto Superior de Gestão.
- ✓ LOPES, M (2007) Os Empresários da Construção Civil e as Relações de Trabalho: Estratégias e Desafios (1991-2004). Maputo: Imprensa Universitária
- ✓ Mosca, J (1999), “A experiência Socialista em Moçambique (1975 – 1986)”. Estudos e Documentos 4. Lisboa: Instituto Piaget.
- ✓ NEGRÃO, J et al (1998). Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde. Maputo UEM: Imprensa Universitária.
- ✓ OTM-CS/Comité Nacional de Educação e Formação Sindical (1995) Manual do Curso da Mulher.
- ✓ OTM-CS/Comité Nacional de Educação e Formação Sindical CONEFS. (2001). Texto de apoio do manual n°1:nível básico

Artigos:

- ✓ ARTUR, M 2004, 'Fantasmas que assombram os sindicatos' Mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos, Moçambique, 1993-2000. RES: Moçambique, pp. 5-13
- ✓ CASIMIRO, I 2012, 'Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique' Promedia, pp55-60
- ✓ SILVA, B; NHALIVILO, B 2005, 'Para além das desigualdades', SARDC Moçambique, pp7-10
- ✓ KARBERG, S 2015, 'Participação Política das Mulheres e sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique'.pp13-14
- ✓ RIBEIRO, F 2015, 'Do esgotamento Revolucionário á Liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990' Caderno CRH, Salvador, v.28, n.74, p.396-381.
- ✓ RIBEIRO, F 2020, 'Programa de Reabilitação Económica'
- ✓ REIS SILVA, T 2018, 'LUTAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FEMININA EM ÁFRICA: considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde', Revista de Políticas Públicas, vol. 22, 2018, pp. 969-986
- ✓ REIS, M 1996, 'Poderes e Saberes: Estado, financiadores e investigação, a África ao Sul do Sahara e algumas questões'. *Estudos Moçambicanos* (14), pp.87-114.

Documentos oficiais

MOÇAMBIQUE. Decreto n° 33/1990 de 8 de Abril. Dispõe sobre a formação em conhecimento sindical. Boletim da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Seminário

Matusse, H. (1996), "Papel da mulher trabalhadora no desenvolvimento da economia nacional" in: Conferência Constitutiva do Comité da Mulher Trabalhadora na Província e Cidade de Maputo. Maputo (Mimeo).

Nhaca, S. (1995), "Os líderes e o respeito da democracia sindical a partir do comité sindical até ao topo" in: Seminário dos líderes sindicais, SINTRAT. Maputo (Mimeo).

Estatuto

Estatutos da OTM, Primeira Conferencia Construtiva. Maputo, 22/12/1983.

Relatório

COMUTRA/OTM-CS (2002). Relatório De Das Actividades Desenvolvidas No Intervalo Entre A I E II Conferência Nacional do COMUTRA. Maputo.

DIRECCAO NACIONAL DA MULHER (DNM). Relatório de Moçambique sobre a implementação das recomendações saídas da Conferência Mundial da Mulher, Desenvolvimento e Paz. (Relatório Beijing + 5 anos). sd

CAPÍTULO VII: ANEXOS

1. Situação da Mulher no Movimento Sindical

Com o estabelecimento dos COMUTRA, a nível das províncias e dos sindicatos nacionais a participação da mulher na actividade sindical cresceu.

Quando foi realizada a conferência construtiva do COMUTRA, existiam nos sindicatos 196.875 trabalhadores controlados, sendo 46.644 mulheres. Destes 131.823 eram sócios dos sindicatos, dos quais 31.953 eram mulheres. Dos dados controlados no ultimo levantamento estatístico (Junho de 2002) existiam nos sindicatos 247.608 trabalhadores, dos quais 82.164 mulheres, sendo 88.962 sócios dos sindicatos. Deste número 15.177 eram mulheres.

É de realçar que o número de trabalhadores registou uma subida acentuada devido a inclusão dos trabalhadores da função pública, e dos sindicatos que foram formalmente constituídos em 2001. Porém verificou-se uma descida no número de trabalhadores antes eram 196.875 para 137.608, ou seja houve redução de 30,1%.

Em relação ao número de sócios baixou de 131.823 para 84.796, ou seja baixou para 35,7%. Em relação a mulher, o número de trabalhadores baixou de 46,644 para 25,164, excluindo as 57.000 da função pública, ou seja baixou 46%. O número de socias reduziu de 31,953. Para 13,094, ou seja 59%. Ilustrado na imagem abaixo:

MAPA ESTATÍSTICO COMPARATIVO

SINDICATO	1996			TRABALHADORES 2002			% DE MULH	TRABALHADORES SÓCIOS			% de Traba-Lhadoras SIND
	TRAB. TOTAL	MULH. TOTAL	MULH. TOTAL	HOM.	MULH	TOTAL		HOM	MULH	TOT	
SINTIAB	12.427	2.918	2.071	5.552	978	6.530	15%	3.004	882	3.886	59,5
SINTIME	13.135	2.353	1.871	9.224	1.335	10.559	12,6	6.251	662	6.913	65,47
SINTIMAP	6.487	952	652	6.145	230	6.375	3,6	3.023	216	3.239	50,8
SINTIQUIG	10.705	1.896	1.613	7.247	1.404	8.651	16,22	4.705	1.029	5.734	66,28
SINTIA	15.097	2.412	2.412	19.115	2.765	20.880	13,2	12.597	837	13.431	61,38
SINTIVEC	10.860	3.893	2.714	7.124	2.441	8.640	28,25	6.360	2.280	8.640	90,32
SINTAF	46.659	9.198	4.314	17.454	2.953	20.407	14,5	13.717	1.814	15.531	76,10
SINPOCAF	19.507	4.321	2.109	10.784	375	11.159	4	5.518	210	5.728	51,33
SNAPP				53.000	57.000	110.000	107,5	2.083	2.083	4.188	37,87
SNEB	6.000	2.791	1.896	1.614	1.218	2.832	43,0	1.447	1.067	2.514	88,77
SINTIC	8.009	5.656	3.897	1.227	656	1.883	53,5	476		476	25,27
SINTAC	9.004	3.921	2.598	5.408	2.503	7.911	46,3	4.189	1.722	5.911	74,71
SNECOSSE	24.285	6.001	5.727	16.687	8.226	24.912	33,0	6.918	2.307	9.225	37
SINPEOC	14.700	332	25	5.057	81	5.138	2	3.500	68	3.568	69,42
TOTAL	196.875	46.644	31.953	165.638	82.164	247.608	33,2	73.785	15.177	88.962	41,95

Pode-se verificar que redução da força de trabalho foi maior no seio das mulheres atingindo cerca de 50%. Um que de certa forma anula os esforços desenvolvidos pelo COMUTRA no âmbito do seu funcionamento pois não era visível notar o seu impacto na vida das mulheres trabalhadoras. Apesar das legislações criadas a favor das mulheres trabalhadoras as mesmas ainda eram discriminadas um outro era o facto das mesmas não conseguirem conciliar o seu trabalho com as actividades para com o COMUTRA.

SIMPLIFICAÇÃO DA LEI DO TRABALHO N.º 8/98

Curso de Formação para Sindicalistas

Módulo 3

Higiene, Segurança e saúde dos Trabalhadores



**FUNDAÇÃO
FRIEDRICH
EBERT**

OIT

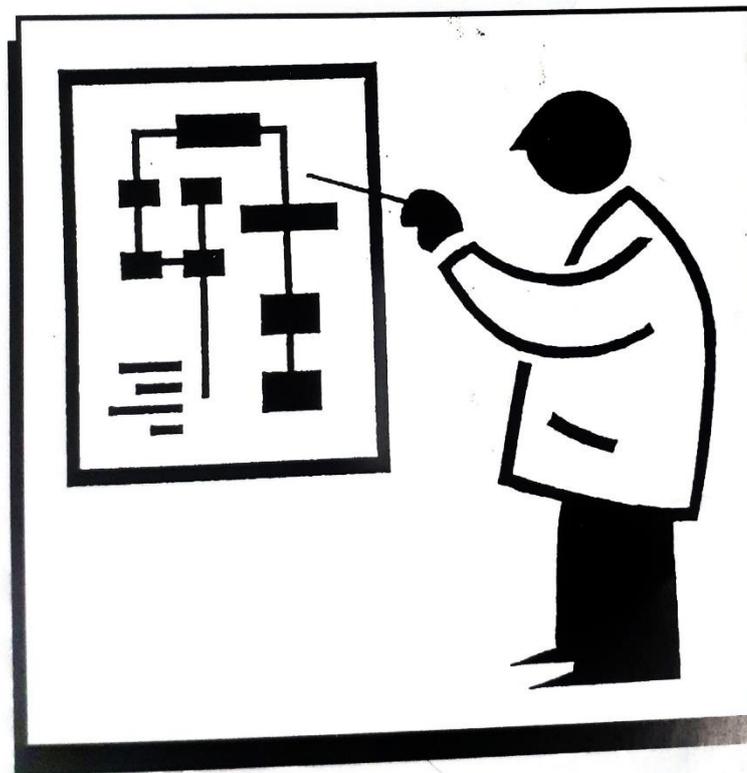
CONEFS/OTM-CS



Organização dos Trabalhadores de Moçambique
CENTRAL SINDICAL

COMITÉ NACIONAL DE EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO SINDICAL
CONEFS

**Texto de apoio do manual nº 1
- Nível Básico**





SINTIQUIGRA

Manual Sobre as Técnicas de Mobilização Para
Massificação do Sindicato e Relacionamento com os
Membros

Maputo, Julho de 2004



SINDICATO NACIONAL DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA QUÍMICA,
BORRACHA, PAPEL E GRÁFICA
(SINTIQUIGRA)

MANUAL DE
HIGIENE E SEGURANÇA
NO TRABALHO

SIMPLIFICAÇÃO DA LEI DO TRABALHO N.º 8/98

Curso de Formação para Sindicalistas

Módulo 2

NEGOCIAÇÃO COLECTIVA



**FUNDAÇÃO
FRIEDRICH
EBERT**

OIT

CONEFS/OTM-CS



Manuais de formação que foram usados pelos COMUTRAs e dos alguns deles tiveram a participação na sua elaboração, no âmbito da cooperação com o CONEFS/OTM-CS, OIT e a Fundação Friedrich Ebert.